

POR QUE MALDIZEMOS QUANDO PROTESTAMOS? A POLEMICIDADE NA AÇÃO COLETIVAⁱ

Eithan Orkibiⁱⁱ

Resumo: Este artigo explora o recurso à violência nos discursos de protesto, definido como um tipo específico do discurso polêmico. Colocando-se, do ponto de vista teórico-metodológico, entre a análise do discurso polêmico – assim como ela se desenvolve nas tendências francesas da análise do discurso – e uma perspectiva Retórica dos Movimentos Sociais – tal como é desenvolvida nos Estados Unidos –, este estudo trata da especificidade do discurso que acompanha a agitação social. Explorando o recurso a “instrumentos” como os insultos e os ataques pessoais aos adversários, a palavra grosseira e as obscenidades, ou o uso de ameaças e agressões, o artigo examina os desafios éticos, estratégicos e hermenêuticos da palavra de protesto. Com a ajuda de exemplos variados, mostra que a agressividade e a rudeza da linguagem militante não constituem somente uma expressão espontânea da cólera e da indignação das massas, mas sobretudo um comportamento discursivo cuja lógica se explica na situação única em que se situa a ação coletiva.

Palavras-chave: Polêmica. Retórica de movimentos sociais. Discurso de protesto e militante. Violência verbal.

Abstract: This article explores the use of verbal aggression in the discourse of protest, defined here as a specific type of polemical discourse. Combining theoretical and methodological insights from the study of polemical discourse (as represented in the French school of discourse analysis) and from the Social Movement Rhetoric (as developed in the United States), the article discusses the unique characteristics of the language of social agitation. Exploring the use of “instruments” such as insults and offensive language, obscenities and coercive persuasion, this article discusses ethical, strategic and hermeneutic dimensions of contentious discourses. Illustrated by a variety of examples, the article argues that verbal aggression in protest is not only a spontaneous expression of rage on the part of agitated crowds, but rather a discursive behavior which reacts to the unique logic and situation of collective action.

Keywords: Polemics. Social movement rhetoric. Protest and activist discourses. Verbal aggression.

ⁱ Este artigo é versão revisada da publicação: ORKIBI, Eithan. Violence verbale et mouvements sociaux : une approche rhétorique. In. FRACCHIOLLA, Béatrice ; MOÏSE, Claudine ; SCHULTZ-ROMAIN, Christina ; AUGER, Nathalie. (éds). Violences verbales : analyses, enjeux et perspectives. Rennes : Presses Universitaires de Rennes, p. 55-68, 2013.

ⁱⁱ Doutor pela Universidade de Tel Aviv e professor da Universidade de Ariel, Israel. E-mail: eithanor@ariel.ac.il.

Introdução: polêmica e discurso de protesto

Há muito tempo, o grupo ADARR se interessa pela palavra polêmica. Esse interesse pelo discurso que anima as querelas públicas, as disputas políticas ou as controvérsias coletivas resultou em uma série de publicações não só sobre as características e a dinâmica da “guerra das palavras”, mas também sobre as funções sociais e políticas do discurso baseado no *dissensus*, no desacordo profundo, presente nas sociedades democráticas modernas (AMOSSY, 2010, 2014). Desse modo, elas exploraram as manifestações polêmicas no espaço público, sobretudo em escala jornalística e midiática (AMOSSY e BURGER, 2011). Esse interesse se deve parcialmente ao fato de que os traços característicos do discurso polêmico nem sempre foram considerados como pertinentes nos estudos acerca da construção discursiva da realidade social. Na verdade, são precisamente os elementos constitutivos do discurso polêmico – como a implicação emocional dos oradores, o apelo ao *pathos* ou o ataque pessoal – que tradicionalmente acabam sendo considerados como “des-constitutivos”, e mesmo destrutivos, para uma sociedade que deseja gerir seus negócios de maneira mais ou menos civilizada.

Ora, diante dessa perspectiva, de que também respeitamos os desafios éticos, os trabalhos do grupo ADDAR, relativos ao modelo da abordagem argumentativa do discurso (AMOSSY, 2012 [2000]), procuram, sobretudo, estudar o discurso tal como ele se exprime nos fatos, ou seja, por meio de *corpus* de textos autênticos, expressos por autores reais em contextos concretos. Postulando que esses autores, seres racionais que agem de modo mais ou menos consciente com o objetivo de servir a uma causa definida, também são submetidos a limitações situacionais, mediáticas e socioculturais, este trabalho busca explorar a natureza e as funções de um comportamento discursivo que, tornou-se corrente e até mesmo frequente.

Entre as diversas formas, arenas e tópicos das polêmicas públicas, o presente artigo pretende explorar uma: o discurso que acompanha o conflito social. De fato, se o discurso de protesto, de agitação e de indignação social constitui um tipo de discurso polêmico, é precisamente por força da presença dos comportamentos discursivos tipicamente associados a um “debate vivo e agressivo” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980, p. 3). Trata-se, em primeiro lugar, do que parece ser o abandono de um princípio bastante caro à esfera pública: o respeito pela comunicação argumentativa e o desejo de persuadir seu interlocutor e de mudar a realidade por meio de argumentos válidos,

convincentes, em um diálogo que conduz a um acordo. De fato, parece muito frequentemente que as manifestações de rua só começam no momento em que os atores sociais percebem que, apesar de suas melhores intenções, a comunicação argumentativa chega a um não-acolhimento, e que a situação exige uma demonstração de força sob a forma de ação coletiva. Como veremos mais tarde, na psicologia política dos movimentos sociais, a passagem à ação marca o fracasso do diálogo e da negociação.

Ora, a passagem à ação não implica no total abandono da comunicação verbal, longe disso. De fato, como demonstram os trabalhos reunidos no número 14 da revista *Argumentation et Analyse du Discours*, que trata dos «discursos da ação coletiva», o discurso preenche várias funções na atividade dos movimentos sociais. E com efeito, os pesquisadores que se dedicam à ação coletiva há vários anos – em sociologia e ciências políticas, assim como nas ciências da comunicação e da linguagem – interessam-se de perto pela palavra de protesto e pelo lugar da linguagem no desenvolvimento dos movimentos sociais (ORKIBI, 2014).

Um dos aspectos que anima a reflexão em torno do discurso dos movimentos sociais, e é aparentemente o que havia incitado à curiosidade dos pesquisadores no início, é o grau elevado de agressividade, de grosseria e de violência verbal que nele se encontra. Pode-se efetivamente imaginar uma mobilização, uma ação dissidente, uma luta social, que não seria acompanhada, em seu centro ou em suas margens, de uma língua áspera ou de uma fala grosseira? “A insolência é uma das maiores armas revolucionárias”, proclamava um slogan de maio de 1968 (LEGOIS, 2008, p. 19). Ao militante, reprovamos frequentemente o fato de ter em seus genes uma tendência às palavras obscenas, aos insultos, às ameaças. “Desde Lutero” – constatou em 1850 Wendell Phillips, abolicionista, jurista e grande orador americano - “a acusação direcionada contra todo reformista foi a de que sua linguagem era áspera demais. Concordo. Para as tarefas brutais, é preciso instrumentos brutais” (apud STEWART et al., 2001, p. 182). Arma revolucionária e instrumento de reforma – a violência verbal parece acompanhar o ambiente da agitação social. Assim, um giro em torno das mobilizações mais recentes como a “Anti-Sarko” na França, o “Tea Party” ou o “Occupy Wall Street” nos Estados Unidos, os “Indignados” na Espanha ou a “revolta das tendas” em Israel, permite constatar que, de maneira direta ou indireta, diferentes formas de violência verbal se manifestam claramente.

Como exemplo, leiamos alguns slogans exprimindo o desprezo pelos dirigentes: «Sarko! Facho! le peuple aura ta peau!» ou «OBAMA!: One Big Ass Mistake America!» ou outros que visavam a grupos ou ideologias: «Eat the Rich!» ou «Wall Street has the real weapons of mass destruction», ou reivindicações simbolicamente formuladas sob forma de apelos de guerra: «Class War Ahead!» ou «The enemy of my bank is my friend!».

O entusiasmo militante e a tensão de protesto se manifestam assim por meio da linguagem “indignada”, frequentemente de desprezo, às vezes brutal, sempre dissidente. Mas essa linguagem poderia, inicialmente, parecer contraprodutiva em relação à ação coletiva. Ao invés de unir um auditório em torno de uma causa comum ou de ganhar a ação do público, ela se arrisca na verdade a deixá-lo mais distante, a dividir e a estigmatizar todo o movimento. Saul Alinsky, célebre ativista americano e autor de *Rules for Radicals* (1971), a bíblia de várias gerações rebeldes nos Estados Unidos, denuncia categoricamente o comportamento daquele que

utiliza palavras e slogans obsoletos e deformados, que chama a polícia de “porca” ou de “fascista-racista”, ou de “filhos da puta”. Dessa forma, ele mesmo se estereotipa tanto que os outros reagem dizendo “ah, é um daqueles” antes deles se desviarem imediatamente. Esse fracasso por parte de muitos de nossos jovens militantes no sentido de compreender a arte da comunicação foi desastroso (ALINSKY, 1971, p. XVIII, tradução nossa).

Desse ponto, podemos perceber um dos principais dilemas que se apresenta aos militantes e líderes de movimentos sociais: como equilibrar a tensão entre, de um lado, a necessidade de parecer racional e lógico adotando um discurso argumentado e bem estruturado e, do outro, a necessidade de mobilizar e entusiasmar os manifestantes refletindo e expressando, por meio do estilo discursivo e do vocabulário, o espírito rebelde e a ira da luta?

1. Violência verbal e(é) retórica?

Essa problemática supõe, e isso é nosso primeiro postulado, que o recurso à violência verbal em um contexto de movimento social é mais frequentemente estratégico do que espontâneo. Há várias décadas, a sociologia dos movimentos sociais não mais considera que a ação de protesto representa um momento singular de frustração em que a massa se inflama de modo passional. Ela mostra, ao contrário, que o engajamento na ação coletiva é o resultado de “escolhas racionais” dos indivíduos e dos grupos que

reconhecem a lógica de seu ato. Convém, aliás, ver na violência verbal que caracteriza a palavra de protesto, não a expressão incontrolável e momentânea de sentimentos de cólera, mas, sobretudo, uma modalidade de expressão que preenche funções delimitadas dentro do espaço discursivo do movimento social.

Tal procedimento retórico foi efetivamente emprestado pelos pesquisadores de retórica nos Estados Unidos durante o período agitado dos anos 1960 e 1970. Face à agressividade dessa onda de protestos, o público e as instituições se fizeram perguntas para saber se tratava-se, nesse caso, de protesto propriamente dito, ou sobretudo de revoltas ou explosões hostis. Os professores de retórica ficaram especialmente espantados ao verem seus estudantes engajados violarem todas as regras do discurso clássico ensinadas há anos no país da liberdade de expressão. Os oradores “inspiram confiança”, segundo Aristóteles (Retórica I, 1356a), demonstrando prudência, virtude e benevolência. O próprio Cícero também sugere “dar ao estilo uma aparência brilhante” que possua “docilidade” e “elegância” e “evitar as expressões não elegantes” ou “vulgares” (*De l’orateur*, III, XXV 96-7), e Quintiliano, por sua vez, denuncia a utilização de termos “obscenos”, sujos e baixos [...] que estão abaixo da dignidade do sujeito ou do valor [do orador]” (*Institution oratoire*, VIII, II 1). O ideal retórico propõe assim uma prática de persuasão que se efetua por meio de um debate digno em que os participantes, ainda que se oponham uns aos outros, elaboram argumentos refletidos, refutem logicamente os argumentos de seus adversários, e evitem tanto quanto possível o uso excessivo de emoções, como o apelo à misericórdia (*argumentum ad misericordiam*), e os argumentos falaciosos, tais como o ataque direto contra o adversário (*argument ad hominem*) ou a ameaça (*ad baculum*).

Porém, à medida que a onda de protesto continuava e se estendia nos Estados Unidos nos anos 1960, muito frequentemente acompanhada de uma palavra obscena («We Don’t Want your Fucking War!») ou de ataques contra os dirigentes («Hey, Hey LBJ! How Many Kids Did You Kill Today?»), foi constatado que não se tratava nem de um comportamento espontâneo saído de alguns grupos marginais nem de um novo modo de fanfarrice juvenil. Também se analisou mais profundamente a «retórica da confrontação», suas diferentes formas e características, e seu nível de organização (SCOTT; SMITH, 1969; HAIMAN, 1969; BURGESS, 1970). Muito influenciados pelos trabalhos de

Leland Griffin (1952), que elevam o discurso dos movimentos sociais ao estatuto de objeto legítimo da análise retórica, e pela teoria de Kenneth Burke, para quem “A retórica é por excelência o domínio da batalha, dos insultos e das provocações, das disputas, das querelas” (1969, p. 19), os pesquisadores que praticam a análise retórica do protesto romperam progressivamente com a tendência normativa que emite uma severa crítica moral contra o discurso dissidente contemporâneo.

Uma primeira e importante constatação concernia às condições de emergência das diferentes formas de agressividade linguageira (como o uso de palavras obscenas) e os comportamentos provocadores (como a profanação dos símbolos nacionais). A palavra de protesto foi então estudada em uma perspectiva contextual que examina «a situação retórica» dentro da qual ela emergiu. O próprio termo «situação retórica» foi introduzido em 1968, por Loyd Bitzer, postulando que a eficácia de todo discurso retórico depende da situação que o suscita e, mais precisamente, da maneira pela qual o orador, no momento da tomada da palavra, pôde dar conta dos elementos constitutivos dessa situação: o problema em questão, o público específico e as limitações impostas pelo contexto. Esse encaminhamento merece por si só uma discussão, mas o essencial para nós é que o abandono do discurso retórico «clássico» em proveito da agressividade linguageira e física é concebido como a marca de uma certa disfunção em meio à situação. Para ilustrar seus propósitos, Bitzer (1968) observa ao final de seu artigo: “considerem o desconforto de numerosos defensores contemporâneos dos direitos civis que, não conseguindo identificar as limitações nem encontrar auditórios retóricos, abandonam o discurso retórico em favor da ação física” (Ibidem, p. 12, tradução nossa).

Enquanto Bitzer atribui o fracasso da troca comunicacional aos oradores que não conseguem aproveitar a situação retórica em que agem, outros atribuem esse fracasso à própria situação. Pouco antes da publicação do artigo de Bitzer, Franklyn S. Haiman (1967) defendera que os críticos deveriam levar em conta a situação antes de emitir um julgamento sobre a “retórica das ruas”. Esse julgamento, ético por natureza, pressupõe uma estrutura societal que assegure a cada um uma voz: é preciso que aqueles que desejam se pronunciar de modo crítico tenham os meios de se fazer ouvir. Haiman sugere então uma nova ótica:

Talvez o melhor que possamos fazer seja evitar a presunção otimista de que os canais de comunicação racional estão abertos a todos que desejam utilizá-los e tentar sobretudo uma avaliação minuciosa da estrutura de poder da situação. À medida que se encontre um desequilíbrio de poder e uma reticência concomitante por parte das instituições em se engajar em um verdadeiro diálogo, seríamos provavelmente menos severos na crítica àqueles que procuram restabelecer o equilíbrio com a ajuda de estratégias de persuasão não racionais (HAIMAN, 1967, p. 114).

“Ação física” e “estratégias de persuasão não racionais”: os militantes abandonam o discurso retórico quando fracassam em se posicionar e formular suas reivindicações em função da situação retórica ou quando esta os impede de antemão de se pronunciar de modo eficaz. Mas trata-se efetivamente do abandono do discurso retórico? Em um artigo publicado em 1972, Theodore Otto Windt também adota a hipótese segundo a qual a agressividade linguageira no discurso de protesto está ligada ao estatuto inferior dos manifestantes – em relação ao do estabelecimento - e sugere que os manifestantes, além de serem previamente privados do acesso direto aos procedimentos institucionais e às instâncias decisórias, também não têm um verdadeiro acesso à opinião pública:

Não tendo acesso à televisão e aos jornais, eles deviam criar fóruns e estabelecer meios aptos a atrair a atenção do público. Foi com esse objetivo que criaram formas retóricas, e se engajaram em ações simbólicas que pareciam às vezes contraditórias em seus objetivos e que frequentemente ultrajavam aqueles que defendiam a Guerra do Vietnã como seus oponentes - formas retóricas e ações que, à primeira vista, parecem ser ineficazes: obscenidades, moralismo estridente e modo de vida da “contracultura” (WINDT, 1972, p. 1, tradução nossa).

O artigo de Windt constitui um importante passo adiante na medida em que pretende fazer reconhecer a lógica que subentende o uso de certas “estratégias não-rationais de persuasão”, principalmente a preocupação de ultrapassar as limitações que pesam sobre os militantes e sobretudo os obstáculos que os impede de exprimir e difundir suas mensagens no espaço público. A palavra obscena ou a agressividade física são assim consideradas como modalidades suscetíveis de atrair a atenção do público, ou seja, uma provocação estrategicamente empregada para se fazer ouvir. Vista por essa ótica, a provocação não pode mais ser considerada como “estratégia não racional”, mas, sobretudo, como “formas teóricas” e “ações simbólicas” completas. Do mesmo modo, em 1971, é publicado o livro que se tornou clássico desde então, *Rhetoric of Agitation and Control* (BOWERS; OCHS, 1971)

que oferece uma tipologia das “estratégias retóricas” dos movimentos sociais. Essas estratégias começam pela petição e pela promulgação, em que os militantes tentam promover suas reivindicações pelos “canais tradicionais” de comunicação por meio de declarações bem argumentadas e da mobilização do apoio de personalidades respeitadas como dirigentes espirituais ou intelectuais renomados. Elas chegam até a “polarização” e a “confrontação”, em que os militantes diabolizam ou ridicularizam seus adversários, excitam os manifestantes e provocam conflitos para demonstrar sua força e atrair a atenção das mídias.

É, portanto, nos estágios avançados da evolução de um movimento social que se encontram estratégias retóricas mais “radicais” que compreendem diferentes formas de violência verbal – insultos, palavras obscenas, profanação dos símbolos. Longe de serem espontâneas e não racionais, elas trazem um valor simbólico e participam da construção do sentido da ação coletiva. Dizendo de outro modo, diferentes modalidades de expressão até então denunciadas como extrarretóricas começam a ser reconhecidas não somente como “legítimas”, mas também como portadoras de significação.

2. Perturbar o debate público

A abordagem cultural do estudo da ação coletiva considera que os movimentos sociais constituem “espaços públicos temporários, [...] momentos de criação coletiva que fornecem às sociedades, ideias, identidades e até mesmo ideais” (EYERMAN; JAMISON, 1991, p. 4). Temporário e criativo, o espaço público constituído pelo movimento é antes de tudo um espaço discursivo (KÖHLER; WISSEN, 2003). A partir de sua natureza contestatória, ele deseja produzir e introduzir na sociedade uma série de noções, perspectivas e visões que oferecem uma alternativa a certos elementos da ordem social. Dominado por seus próprios saberes e valores, esse espaço é frequentemente de oposição – senão de antagonismo – à ordem social que existe externamente. A partir disso, ele promove um comportamento discursivo distintivo que reflete o *modo de vida da contracultura*.

Esse comportamento discursivo possui frequentemente a ambição de violar as regras do discurso “ordinário” dominadas pela cultura oficial. O espaço discursivo do protesto é rico em expressões verbais e ações simbólicas que chocam e entram em confronto com a sensibilidade do público. Dan

Rothwell estabeleceu em 1971 uma tipologia das "obscenidades verbais" frequentemente empregadas pelos movimentos de protesto nos Estados Unidos:

(1) termos de cópula como «trepar», (2) termos escatológicos como «merda» e «mijo», (3) os termos ligados aos órgãos genitais do ser humano como «buceta» e «pau» e (4) os termos ligados a desvios sexuais como «bastardo» ou «vadia» (ROTHWELL, 1971, p. 232).

Rothwell constata assim que essas obscenidades verbais são particularmente suscetíveis de chocar o público, o que explica também o fato de elas estarem na origem do debate jurídico que emerge após a prisão de certos militantes acusados de "chocar a sensibilidade do público" ou de "atentar contra a ordem pública" pela utilização de uma "linguagem obscena e indecente". A natureza violenta da palavra obscena reside então na capacidade de violar de modo agressivo certos tabus sociais e a provocar a emoção dos auditórios. Utilizando uma palavra obscena, o militante contesta as regras do jogo da sociedade civil e da cultura oficial. Seu comportamento discursivo é visivelmente antitético em relação ao que as instituições e o poder instauram: "a obscenidade exprime então um profundo desprezo pelas normas da sociedade, uma revolta contra a autoridade, e uma irreverência pelas coisas sagradas", precisa Rothwell (ROTHWELL, 1971, p. 233; ver também BOSMAGIAN, 1970).

A palavra obscena constitui, portanto, um instrumento que permite aos militantes transformar seu espaço discursivo em um lugar de oposição às normas sociais. E é por meio da obscenidade que esse espaço poderia ser caracterizado como popular. Pois, na medida em que a obscenidade é concebida como traço característico de um socioleto e de um registro linguístico "baixo" ou "vernacular" (BOURDIEU, 1984, p. 177; CULPEPER et al., 2003, p. 1546), ela pode também servir como um instrumento estratégico que permite que um movimento se apresente, no espaço público, como a autêntica expressão de um sentimento popular. Tomemos por exemplo esse pequeno «fake», ilustração paródica, que circulava entre os militantes do movimento «anti-Sarko» na França:

Figura 1: Sarkozy e as roupas de baixo de Le Pen¹



Crédito: Laurent, Blog Sarko-Show²

Como se vê claramente, o argumento dessa ilustração cômica é simples: Nicolas Sarkozy, candidato do partido conservador UMP às eleições presidenciais de 2007, não difere muito de Jean-Marie Le Pen, líder da extrema direita na França e presidente do partido ultranacionalista, a Frente nacional. O mesmo argumento poderia sem dúvida ser formulado de outra forma e veremos mais adiante que foi em seguida expresso de modo mais “limpo” pela elite intelectual da França. Ora o uso de uma ilustração tão “vulgar”, mostrando uma cueca suja do Sr. Le Pen, permite atribuir essa ilustração aos “estratos inferiores” da sociedade, e não às elites culturais. E por meio dessa ilustração “baixa”, é todo o movimento que exhibe seu caráter popular.

Assim é importante reconhecer o fato de que o “estilo vulgar” não constitui uma transgressão espontânea dos tabus sociais, mas uma modalidade de contestação da autoridade do poder e de toda a elite cultural. Na medida em que a obscenidade é concebida como traço característico de

¹ Tradução: É verdade. Eu roubei tudo do Le Pen, mas, agora, estou na dúvida...

[imagem]

Junto, tudo fica mais difícil.

² Disponível em: <<http://roots73.free.fr/sarkoshow.htm>>. (abril 2007). Acesso em: 15 ago. 2015. Reproduzido com permissão do artista.

um socioleto e de um registro linguístico “popular”, seu uso no protesto representa uma vontade de negar às “elites” seu controle exclusivo do debate público sobre as questões políticas e sociais. O uso da palavra obscena não é uma simples transgressão, representa também de maneira simbólica uma certa reversão da estrutura de poder dentro da sociedade:

Porque se uma grande parte do poder da Elite decorre de seu controle sobre o discurso de autoridade, a ruptura com o decoro discursivo possui ao menos uma significação simbólica. Ele participa da inversão cômica da decência e da hierarquia associada a esse elemento carnavalesco ou festivo da cultura não oficial (AMES, 1990, p. 196; ver também KENNEDY, 1999).

O abandono do “discurso retórico” no protesto também implica em um desprezo pelas modalidades de argumentação que dominam o espaço democrático. A ação de protesto é frequentemente considerada como veículo de uma “retórica do punho fechado (*closed fist*)”, oposta à da “mão aberta” (*open hand*): esta representa “um gênero de discurso persuasivo que procura desenvolver seus argumentos por meio de um debate reflexivo, contínuo, e conciliador em torno dos problemas”, enquanto que a primeira representa um “tipo persuasivo de atividade que procura estabelecer sua tese por meio das modalidades não-rationais, não-sequenciais, frequentemente não-verbais” (CORBETT, 1969, p. 288). O termo de “retórica do punho fechado” remete a diferentes formas de ação coletiva como as marchas, a manifestação, a ocupação dos locais, o bloqueio das ruas, os protestos sentados, cujo objetivo é influenciar por meio da força das massas e transmitir uma mensagem retórica por meio da perturbação do espaço urbano. Os militantes « ocupam » a rua não para negociar com o poder nem para persuadir acerca da validade de suas reivindicações: vão para a rua para obter um ganho de causa exercendo uma pressão.

Mas essas modalidades de persuasão, frequentemente tratadas de “retórica do corpo” (GRIFFIN, 1964) ou “retórica da confrontação” (ANDREWS, 1969), não são forçosamente limitadas ao comportamento físico. A “retórica coercitiva”, que procura influenciar pela força, pela determinação e pelo espírito combativo dos militantes, manifesta-se frequentemente por meio de táticas languageiras. No plano simbólico, afirmar sua força remete ao que se considera frequentemente como um “argumento *ad baculum*”, ou seja, a ameaça. As lutas sociais empregam frequentemente essa tática colocando um simples ultimato ao poder: ameaças de greves; chamadas para a ação em slogans como “todos na rua!”, “desçamos todos para a rua!”, “Vamos agir!

Vamos reagir!” têm todos em comum a vontade de alarmar as instituições. O caráter agressivo dessas modalidades reside na negação do respeito à autonomia dos adversários – o poder ou os contramovimentos – que não são mais percebidos como um destinatário que convém convencer, mas como um inimigo que é preciso combater. Consequentemente, se o poder aceita as reivindicações dos manifestantes, ele não o faz porque adere aos argumentos utilizados pelo movimento, mas porque cede a meios de intimidação e teme as possíveis consequências: motins, agitação, perda de controle.

Uma forma mais sofisticada de retórica coercitiva consiste em apelos mais concretos à desobediência civil ou militar. Difundindo tais apelos, os militantes contestam a legitimidade das instituições democráticas e denunciam toda modalidade de negociação com o poder. Ora, esse tipo de retórica é também mobilizado para difundir certo pânico moral na esfera pública: a sociedade constata nesse momento a amplitude da crise moral, e o poder é alarmado pela possibilidade de serem atingidas as relações de confiança de que o espaço democrático se alimenta. Pensemos, por exemplo, na famosa declaração em favor da não submissão, também conhecida como “o apelo dos 121 intelectuais”, difundido na França no outono de 1960, em plena guerra da Argélia. Alertando o público a respeito da “profundidade da crise que se abriu há seis anos”, a declaração constata que “muitos franceses chegaram a colocar em causa o sentido de valor e de obrigação tradicionais” e julga “justificada a recusa de pegar as armas contra o povo argelino”. Por sua difusão (foi proibido na França), o “manifesto dos 121” legitima o ato de desobediência e “institucionaliza” um sentimento de frustração. De um comportamento individual até então considerado como marginal e desviante, a insubmissão se torna, no manifesto, um “movimento muito importante [que] se desenvolve na França” e coloca em questão por suas reivindicações um princípio constitutivo do regime democrático, a lealdade perante o Estado e o exército. Colocando-se de lado o debate filosófico sobre a desobediência ou sobre o valor ético dessa declaração no contexto da guerra da Argélia, a publicação e a difusão do “manifesto dos 121” permitem constatar a eficácia de uma retórica coercitiva que transmite uma mensagem contra o prosseguimento da guerra não por meio dos argumentos ligados a considerações propriamente estratégicas, mas por meio da ameaça de uma crise moral seguida de uma onda de insubmissão.

O movimento social constitui assim um espaço discursivo cujas práticas linguageiras –uso de obscenidade ou coerção – perturbam o espaço público e desequilibram o debate que continua acerca dos problemas sociais suscitando emoções e choques e propagando um pânico moral. É assim que se concebe frequentemente que o abandono da “mensagem retórica” em proveitos de estratégias mais radicais, constitui com efeito uma recusa, da parte dos manifestantes, de se engajar no debate público. Esse debate é considerado como ilegítimo uma vez que está contaminado por uma realidade corrompida para a qual ele fornece uma fachada, como sugeriu em 1969 Noam Chomsky:

Penetrando na arena dos argumentos e contra-argumentos da “factibilidade” técnica e da tática, das notas e citações, aceitando a presunção de legitimidade do debate sobre certas questões, já se perde a humanidade. [...] Houve um tempo talvez em que a política americana no Vietnã era uma questão discutível. Esse tempo já passou há muito (CHOMSKY, 1969, p. 9).

O movimento social, por meio de sua violência verbal, deseja assim pôr um fim ao debate oficial, e apresenta o problema em questão como uma questão indiscutível. Ora, ainda que convenha interpretar esse processo como a vontade dos manifestantes de minar a legitimidade do debate público e como uma renúncia a qualquer esforço de convencer, é preciso, entretanto, notar que a perturbação discursiva causada pela violência verbal frequentemente possui como efeito não a liquidação do debate, mas principalmente sua modificação. Para voltar ao exemplo evocado acima do “manifesto dos 121”, constata-se que os contramanifestos difundidos em seguida tinham em comum o fato de negar o direito à insubmissão nesse contexto histórico, mas em contrapartida, o de aceitar o fato de que a guerra provoca a partir daí uma crise moral entre os jovens franceses (SCHALK, 2005, p. 105-109).

Assim, o debate oficial em torno da guerra, até então centrado, de modo geral, sobre os desafios estratégicos e militares, abre-se às questões ligadas às consequências sociais, morais e éticas da guerra, e essas questões ocupam em seguida um lugar mais central dentro do debate.

Constatamos um processo similar na retórica do movimento de oposição ao plano de retirada da Faixa de Gaza que se estabelece em Israel em 2004-5. Adotando diferentes formas de violência verbal – notadamente o apelo à desobediência e à profanação dos símbolos nacionais – o movimento não somente conseguiu ultrapassar os obstáculos que o impediam de aceder à opinião pública, mas também reformular a polêmica jornalística em torno do

plano de retirada e a nela introduzir temas novos, como a experiência traumática vivida pelos colonos expulsos de suas habitações (ORKIBI, 2011).

Para voltar à ideia de “situação retórica”, nós podemos constatar que, do ponto de vista retórico, a violência verbal não indica forçosamente um fracasso por parte dos manifestantes, mas sobretudo uma maneira de fazer face às limitações situacionais: trata-se de atrair a atenção do público e das mídias por meio da provocação, de constituir um espaço discursivo alternativo que permita contestar a legitimidade das autoridades e da cultura oficial, e modificar o debate público acerca das questões políticas e sociais.

3. Violência verbal e construção de sentido

As diferentes formas de violência verbal constituem também uma série de “táticas linguageiras”, cujo aporte à evolução do movimento e à sua eficácia, é amplamente conhecida nos dias de hoje no campo da retórica dos movimentos sociais (STEWART et al., 2007, p. 166-178). Porém excetuado o efeito evidente da violência verbal nesse âmbito – o choque, o apelo às emoções, a ameaça – convém igualmente examinar sua participação na construção do sentido da ação coletiva. Um exame das diferentes possibilidades sugere que a escolha lexical não é inocente: o espaço geográfico escolhido pela ocupação ou bloqueio, os locais cobertos pelos grafites – o conteúdo dos slogans bradados, os insultos lançados contra as autoridades – trazem todos um sentido estreitamente ligado às reivindicações próprias a cada ação coletiva.

Nessa perspectiva, é lógico assumir que a violência verbal veicula as significações que encontramos nos âmbitos da ação coletiva, definidos como “conjuntos de crenças e de significações orientadas em direção à ação” que inspiram, legitimam e oferecem uma razão para se engajar em uma ação coletiva, para se mobilizar na luta e para protestar (SNOW, 2001, p. 28). Esses âmbitos, em que são construídas, elaboradas e formuladas as diversas significações que animam o movimento social – o problema, a solução, as motivações –, começam frequentemente a ser instalados antes da passagem à ação (KLANDERMANS, 1984). A violência verbal, na medida em que emerge e então se intensifica com a evolução do movimento, não faz outra coisa senão entrar em âmbitos já preestabelecidos.

Tomemos novamente como exemplo o movimento que se espalhou na França contra Nicolas Sarkozy. Como demonstra Amossy e Koren (2010), toda

uma indústria de diabolização dominou o discurso desse movimento, animado por vários agentes: a mídia, os adversários na arena política e intelectuais. Podemos nos lembrar de textos como a obra do filósofo Alain Badiou (2007), ou o apelo dos intelectuais em apoio a Ségolène Royal, que qualificam o candidato que se tornou presidente como símbolo da “regressão social” e encarnação da:

tentação do cesarismo contra o aprofundamento da democracia, [...] o risco das aventuras imperiais, do choque das culturas e do afrontamento entre os povos. É o candidato do medo. Dos medos que ele explora [...] mas também dos medos que ele inspira (“Antes que seja tarde”, *Nouvel Observateur*, 6 de março de 2007).

Quando o sentimento anti-Sarkozy é objeto de um movimento de protesto, as mesmas ideias são mobilizadas e reproduzidas sob a forma de insultos, cujos exemplos são abundantes: “Sarko-Facho”³ torna-se um slogan onipresente e quase oficial, sendo que muitas variações aparecem no espaço público: na Web, nos blogs dos militantes, ou na rua, nas ações reivindicatórias (ORKIBI, 2012). Nesse caso, a violência verbal serve de ilustração e de “arma de combate”. Por mais agressiva e depreciativa que seja em um ensaio de filosofia política ou em um manifesto de intelectuais devidamente fundamentado, é quando a crítica às autoridades deixa a república dos sábios e se torna o apanágio das massas que ela assume a amplitude de um verdadeiro ataque, cuja natureza excessiva e violenta empurra qualquer argumento até seu limite. Assim, a violência verbal utiliza um argumento como “Sarkozy é um perigo para a democracia” apresentando-o sob a forma de insulto como “Sarko-facho” ou ainda “Sarko-Reich”. Essa prática, que de modo geral podemos qualificar de *reductio ad absurdum* (raciocínio pelo absurdo) uma vez que demonstra a falsidade do argumento original, torna-se na retórica de protesto um instrumento de combate. Empurrando ao extremo a lógica que sustenta a luta, ela participa da constituição de um espaço social dividido em dois: o movimento – e todo o resto.

Assim, no discurso dos movimentos sociais, a violência verbal é um elemento constitutivo e crucial para o estabelecimento de uma retórica de polarização, destinada a estabelecer uma clara distinção entre o movimento e seus simpatizantes, de um lado, e seus adversários, do outro. Essa retórica preenche uma importante função mobilizadora. Permite inicialmente que se

³ Nota da tradutora: Sarko-Facho é um slogan em que se rima o apelido de Sarkozy e uma abreviação familiar da palavra “fascista”.

designe um inimigo comum, um indivíduo ou um grupo que assim se torna um alvo privilegiado para a luta. Nas campanhas reivindicativas mais pontuais, ela permite associar a luta a divisões sociais mais profundas que justificam uma mobilização. O vocabulário representa aqui um papel crucial: a maneira pela qual o inimigo é caracterizado determina também a natureza do movimento e a significação simbólica da ação. Os cartazes empunhados durante as «revoltas das tendas» durante o verão de 2011, apresentando slogans como “Ben Ali –Moubarak – Kadhafi – Bibi?”, permitem já de início visar a um inimigo mais concreto para essa luta social contra a carestia dos alojamentos. Mas esse slogan também participa do enquadramento da luta como revolta popular facilmente associada à onda de protestos que parecia se estender pelo mundo durante esse agitado verão. “Aqui é a praça Tahrir!”, indicava um cartaz na entrada do boulevard Rothschild em Tel-Aviv, um dos grandes bulevares ocupados pelos militantes, enquanto do outro lado do bulevar estava erigida uma guilhotina que deixava os passantes estupefatos. Os manifestantes são assim convidados a tomar parte em um movimento revolucionário mundial mais amplo, cujo objetivo é o de mudar totalmente a ordem social.

Designando o inimigo e caracterizando-o de uma ou outra maneira, a violência verbal participa assim da construção da identidade militante e da distribuição dos papéis durante a ação (VANDERFORD, 1989, p. 166-167). Essa retórica é fundada sob um princípio binário simples para o qual a agressividade da linguagem dá uma contribuição de considerável amplitude: na medida em que o inimigo é um “facho”, o militante se torna o cavaleiro da luta pela democracia: se o inimigo é um “louco”, o militante representa as forças da racionalidade e da razão: se ele é um “opressor”, o militante defende a liberdade; se ele é “malvado”, o militante age para restaurar o bem.

Conclusão

Quando Aristóteles definia a retórica como “a faculdade de descobrir especulativamente o que, em cada caso, pode ser próprio à persuasão” (*Retórica*, I, 1355b), é pouco provável que ele inclísse o insulto, a obscenidade ou a ameaça. Como observam Scott e Smith (1969, p. 7), o caso da “retórica contemporânea da confrontação” coloca para a teoria retórica problemas inéditos. É assim que as diferentes formas de violência verbal são repensadas a partir dos anos 1960 por meio do caso particular dos movimentos sociais. A

análise retórica da ação coletiva examina a palavra de protesto em seu contexto levando em conta relações de forças que existem em cada situação, e da rede complexa do público, dos dilemas e das limitações que lhe são próprias. Ainda que frequentemente simpáticos aos movimentos e aos militantes, os pesquisadores não buscam aqui legitimar a violência verbal como tal. A hipótese que sustenta essa abordagem postula que ao contrário das autoridades, das organizações ou das instituições que se beneficiam da capacidade de emitir ordens, de recompensar os que respeitam as regras e de sancionar os recalcitrantes, os movimentos sociais só possuem palavras para agir, e os líderes dos movimentos sociais só têm a retórica para motivar os militantes. Ao final das contas, os movimentos sociais possuem somente um instrumento de trabalho – é a persuasão, como bem o diz Charles Stewart (1980, p. 299): “a retórica é o agente (*agency*) principal por meio do qual os movimentos sociais cumprem diferentes *funções* que lhes permitem existir, reagir à oposição e, talvez, conseguir promover (ou resistir a) uma mudança”.

Com esse postulado em segundo plano, a abordagem retórica da análise dos movimentos sociais adota literalmente a definição de Aristóteles, considerando a violência verbal como parte integrante do “que pode ser próprio à persuasão” ou, mais precisamente, o que pode ser próprio à preparação do terreno para a persuasão: a modificação da situação e a melhoria das condições que colocam um obstáculo à entrada do movimento no cenário público; a mobilização e a formação dos militantes; a construção das identidades militantes; e, enfim, a instalação de um espaço discursivo que, liberado do decoro imposto pela hegemonia, possa constituir uma alternativa autônoma suscetível de facilitar a emergência e a difusão das novas perspectivas acerca da ordem social. Em todos esses processos, a violência verbal apresenta um papel importante. Tentamos mostrar que, ainda que não reflita a “elegância” e a “suavidade” do orador professadas pelos mestres, ela participa, entretanto, de modo pleno dos outros desafios da retórica: a formação das ideias e das atitudes, a construção do sentido – e isso em condições na maioria das vezes desfavoráveis.

Referências

ALINSKY, S. D. **Rules for Radicals**: A pragmatic primer for realistic radicals. New York: Random House, 1971.

AMES, C. Power and the Obscene Word: Discourses of Extremity. In: Thomas Pynchon's 'Gravity's Rainbow'. **Contemporary Literature**, 31, p. 191-207, 1990.

AMOSSY, R. **Apologie de la polémique**. Paris, PUF, coll. L'interrogation philosophique, 2014.

_____. **L'argumentation dans le discours**. Paris, Dunod, 2012 [2000].

_____. The Functions of Polemical Discourse in the Public Sphere. In: SMITH, Michelle; WARNICK, Barbara (éds). **The Responsibilities of Rhetoric**. Long Grove : Waveland, 2010, p. 52-61.

_____; BURGER, M. (éds.). Polémiques médiatiques et journalistiques. La discours polémique en question(s) **Semen** 31, 2011.

_____; KOREN, R. La 'diabolisation': un avatar du discours polémique au prisme des Présidentielles de 2007. In. DENIS, Delphine; HUCHON, Mireille; JAUBERT, Anna; RINN, Michael; SOUTET, Olivier (éds.). **Au corps du texte**. Hommage à Georges Molinié. Paris: Champion, p. 219-236, 2010.

ANDREWS, J. R. Confrontation at Columbia: A Case Study in Coercive Rhetoric. **Quarterly Journal of Speech**, p. 9-16, 1969.

ARISTOTE. **Rhétorique**. Livres I et II. Trad. Médéric Dufour. Paris : Gallimard, 1991.

BADIOU, A. **De quoi Sarkozy est-il le nom?** Paris : Nouvelles Éditions Lignes, 2007.

BITZER, L. F. The Rhetorical Situation. **Philosophy and Rhetoric** 1, p. 1-14, 1968.

BOSMAGIAN, H. A. (éd.). **Dissent: Symbolic Behavior and Rhetorical Strategies**. Boston: Allyn and Bacon, 1971.

_____. Obscenity and Protest. **Today's Speech**, 18, p. 9-14, 1970.

BOURDIEU, P. **Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste**. Cambridge: Harvard University Press, 1984.

BOWERS, J. W.; OCHS, D. J. **The Rhetoric of Agitation and Control**. Reading, MA.: Addison-Wesley, 1971.

BURGESS, P. G. The Rhetoric of Moral Conflict: Two Critical Dimensions. **Quarterly Journal of Speech** 56, p. 120-130, 1970.

BURKE, K. **A Rhetoric of Motives**. Berkeley & Los Angeles, CA: University of California Press, 1969 [1950].

CEFAÏ, D. **Pourquoi mobilise-t-on?** Les théories de l'action collective. Paris: La Découverte-MAUSS, 2007.

CICÉRON. **De l'orateur**. Livre Troisième, trad. Edmond Courbaud et Henri Bornecque. Paris: Belles Lettres, 1961.

CHOMSKY, N. **American Power and the New Mandarins**. New York: Pantheon Books, 1969.

CULPEPER, J.; BOUSFIELD, D.; WICHMANN, A. Impoliteness Revisited: With Special Reference to Dynamic and Prosodic Aspects. **Journal of Pragmatics** 35, p. 1545-1579, 2003.

COHEN, S. **Folk Devils and Moral Panics: The Creation of the Modes and Rockers**. London: MacGibbon & Kee, 1972.

CORBETT, E. P. J. The Rhetoric of the Open Hand and the Rhetoric of the Closed Fist. **College composition and Communication**, 20, p. 288-296, 1969.

EYERMAN, R.; JAMISON, A. **Social Movements: A Cognitive Approach**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1991.

FRACCHIOLLA, B.; MOÏSE, C. Construction de la violence verbale et circulation des discours : autour du contrat première embauche. In: LÓPEZ-MUÑOZ, J. M.; MARMETTE, S.; ROSIER, L.; VINCENT, D.(éds.). **La circulation des discours**. Collection Langue et pratiques discursives, Québec : Nota Bene, 2009, p. 103-125.

FRACCHIOLLA, B.; MOÏSE, C.; SCHULTZ-ROMAIN, C.; AUGER, N. (éds). **Violences verbales: analyses, enjeux et perspectives**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2013.

GOODE, E.; BEN-YEHUDA, N. Moral Panics: Culture, Politics, and Social Construction. **Annual Review of Sociology** 20, p. 149-171, 1994.

GRIFFIN, L. M. The rhetorical structure of the "new left" movement: Part I. **Quarterly Journal of Speech** 50, p. 113-135, 1964.

_____. The Rhetoric of Historical Movements. **Quarterly Journal of Speech** 38, p. 184-188, 1952.

HAIMAN, F. S. The Rhetoric of 68: a farewell to traditional discourse. In. LINKUGEL, W. A.; ALLEN, R. R.; JOHANNESSEN, R. L. (éds.). **Contemporary American Speech**, 2. ed.. Belmont, CA: Wadsworth, 1969, p. 153-167.

_____. 'The Rhetoric of the Streets': Some Legal and Ethical Considerations. **Quarterly Journal of Speech** 53, p. 99-114, 1967.

JENSEN, R. J. « Evolving Protest Rhetoric: From the 1960s to the 1990s. **Rhetoric Review** 20, p. 28-32, 2001.

KENNEDY, K. Cynic Rhetoric: The Ethics and Tactics of Resistance. **Rhetoric Review** 18, p. 26-45, 1999.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. La polémique et ses définitions. In: GELAS, N.; KERBRAT-ORECCHIONI, C. (éds). **La parole polémique**. Lyon: PUL, 1980, p. 3-40.

KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social-Psychological Expansions of Resource Mobilization Theory. **American Sociological Review** 49, p. 583-600, 1984.

KÖHLER, B.; WISSEN, M.. Glocalizing Protest: Urban Conflicts and Global Social Movements. **International Journal of Urban and Regional Research** 27, p. 942-951, 2003.

LEGOIS, J-P. **Les slogans de 68**. Paris: First, 2008.

Nouvel Observateur, 6 março 2007. Disponível em: <<http://tempsreel.nouvelobs.com/elections-2007/20070227.OBS4464/avant-qu-il-ne-soit-trop-tard.html>>. Acesso em 15 jul. 2015.

ORKIBI, E. (éd.). Le(s) discours de l'action collective. **Argumentation et Analyse du Discours**, 14, 2014.

_____. Le(s) discours de l'action collective : contextes, dynamiques et traditions de recherche. **Argumentation et Analyse du Discours**, 14, 2014. Disponível em: <<http://aad.revues.org/2002>>. Acesso em 10 jul. 2012.

_____. L'insulte comme argument et outil de cadrage dans le mouvement 'anti-Sarko'. **Argumentation et Analyse du Discours**, 8, 2012. Disponível em: <<http://aad.revues.org/1335>>. Acesso em 10 jul. 2012.

_____. Entre polémique et agitation : la violence verbale dans l'opposition au plan de désengagement de la bande de Gaza. **Semen** 31, p. 145-161, 2011.

QUINTILIEN. **Institution oratoire**. Livres VIII et IX, tome V, trad. Jean Cousin, Paris: Belles Lettres, 1978.

ROTHWELL, J. D. Verbal Obscenity: Time for Second thoughts. **Western Speech** 51, p. 231-242, 1971.

SCHALK, D. L. **War and the Ivory Tower**. Lincoln, NE: University of Nebraska Press, 2005 [1991].

SCOTT, R. L.; SMITH, D. K. The Rhetoric of Confrontation. **Quarterly Journal of Speech** 55, p. 1-18, 1969.

SIMONS, H. W. Requirements, Problems, and Strategies: A theory of persuasion for social movements. **Quarterly Journal of Speech** 56, p. 1-11, 1971.

SIRINELLI, J.-F. Guerre d'Algérie, guerre des pétitions ? In: RIOUX, J.-P.; SIRINELLI, J.-F.(éds.). **La guerre d'Algérie et les intellectuels français**. Bruxelles: Complexe, 1991, p. 265-306.

SNOW, D. Analyse de cadres et mouvements sociaux. In. CEFAÏ, D.; TROM, D. (éds). **Les formes de l'action collective**. Mobilisation dans des arènes publiques. Paris: Éditions de l'EHESS, 2001, p. 27-49.

STEWART, C. J. A Functinal Approach to the Rhetoric of Social Movements. **Central States Speech Journal** 31, p. 298-305, 1980.

STEWART, C. J.; SMITH, C. A.; DENTON JR.; ROBERT. E. **Persuasion and Social Movements**. 4. ed., Long Grove, IL: Waveland, 2001.

_____. **Persuasion and Social Movements**. 5. ed., Long Grove, IL: Waveland, 2007.

VANDERFORD, M. L. Vilification and social movements : A case study of pro-life and pro-choice rhetoric. **Quarterly Journal of Speech** 75, p. 166-182, 1989.

Walla! News. 31 julho 2011. Disponível em: <<http://news.walla.co.il/?w=/1845732>>,[em hebraico]. Acesso em: 10 jul. 2015.

WINDT, T. O. The Diatribe: Last Resort for Protest. **Quarterly Journal of Speech** 58, p. 1-14, 1972.

Ynet News, 8 nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ynetnews.com/articles/0,7340,L-4107640,00.html>>. Acesso em 10. jul. 2012.

Como citar:

ORKIBI Eithan. Por que maldizemos quando protestamos? A polemicidade na ação coletiva. Trad. Ercilene Maria de Souza Vita. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. esp. ADARR, p. 121-141, mai.2016.